

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

DIFERENTES PRINCÍPIOS POLÍTICOS - ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES COM  
A GEOGRAFIA:

Liberalismo, Neoliberalismo e Ordoliberalismo

Roberto da Costa Cruz

Prof.Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Campus de Rio Claro

ROBERTO DA COSTA CRUZ

DIFERENTES PRINCÍPIOS POLÍTICOS - ECONÔMICOS  
E SUAS RELAÇÕES COM A GEOGRAFIA:

Liberalismo, Neoliberalismo e  
Ordoliberalismo

Trabalho de Graduação apresentado  
ao Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas - Campus de Rio Claro, da  
Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho, para obtenção do  
grau de Bacharel e Licenciatura em  
Geografia.

Rio Claro - SP

2025

C957d Cruz, Roberto da Costa  
Diferentes princípios políticos-econômicos e suas relações com a geografia: :  
Liberalismo, Neoliberalismo e Ordoliberalismo / Roberto da Costa Cruz. -- Rio Claro,  
2025  
60 p.  
  
Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) -  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas,  
Rio Claro  
Orientador: José Gilberto De Souza  
  
1. Liberalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Ordoliberalismo. 4. Geografia. 5. Educação. I.  
Título.

ROBERTO DA COSTA CRUZ

DIFERENTES PRINCÍPIOS POLÍTICOS – ECONÔMICOS  
E SUAS RELAÇÕES COM A GEOGRAFIA:

Liberalismo, Neoliberalismo e  
Ordoliberalismo

Trabalho de Graduação apresentado  
ao Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas - Campus de Rio Claro, da  
Universidade Estadual Paulista Júlio  
de Mesquita Filho, para obtenção do  
grau de Bacharel e Licenciatura em  
Geografia.

Comissão Examinadora

José Gilberto de Souza \_\_\_\_\_(orientador)

Bianca Caroline Bortolin \_\_\_\_\_

Tatiane Cristina Fernandes Basconi \_\_\_\_\_

Rio Claro, 08 \_\_de dezembro \_\_\_\_\_de 2025\_\_.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

"A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas".

(Keynes, 1936).

## RESUMO

Este trabalho analisa três correntes político-econômicas - liberalismo, neoliberalismo e ordoliberalismo -, todas fundamentadas no princípio do liberalismo, destacando suas origens, aplicações e impactos. O objetivo é compreender as semelhanças e diferenças entre essas vertentes, bem como suas influências nas práticas econômicas e políticas de diferentes países. A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica e análise qualitativa das ideias de autores clássicos e contemporâneos, como John Locke e Friedrich Hayek, observando a implementação prática de cada sistema em contextos históricos específicos: o liberalismo clássico na Inglaterra, o neoliberalismo nos Estados Unidos e Reino Unido a partir da década de 1970, e o ordoliberalismo na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. A hipótese do trabalho é que, apesar de compartilharem a mesma base liberal, cada corrente desenvolveu princípios e práticas próprias, refletindo distintos níveis de intervenção do Estado e enfoques na liberdade econômica e social. O liberalismo clássico enfatiza a liberdade individual, a propriedade privada e o empirismo como instrumentos de desenvolvimento político e econômico; o neoliberalismo reforça a mínima intervenção estatal, acreditando na autorregulação dos mercados; já o ordoliberalismo combina princípios liberais com uma forte relação do estado institucionalmente, visando a estabilidade econômica e a justiça social em contextos de reconstrução nacional. Assim, o estudo demonstra que a compreensão dessas três correntes é essencial para analisar como ideias econômicas influenciam políticas públicas, desenvolvimento social e organização institucional, evidenciando a relevância histórica e geopolítica de cada sistema.

**Palavras-chave:** liberdade; empirismo; Reino Unido; EUA; Alemanha; keynesiana.

## ABSTRACT

This paper analyzes three political-economic currents - liberalism, neoliberalism, and ordoliberalism - all founded on the principle of liberalism, highlighting their origins, applications, and impacts. The objective is to understand the similarities and differences between these currents, as well as their influence on the economic and political practices of different countries. The methodology used consists of a bibliographic review and qualitative analysis of the ideas of classical and contemporary authors, such as John Locke and Friedrich Hayek, observing the practical implementation of each system in specific historical contexts: classical liberalism in England, neoliberalism in the United States and the United Kingdom from the 1970s onward, and ordoliberalism in post-World War II Germany. The hypothesis of this paper is that, despite sharing the same liberal foundation, each current developed its own principles and practices, reflecting different levels of state intervention and approaches to economic and social freedom. Classical liberalism emphasizes individual liberty, private property, and empiricism as instruments of political and economic development; Neoliberalism emphasizes minimal state intervention, believing in the self-regulation of markets; ordoliberalism combines liberal principles with institutional relationship of the state, aiming for economic stability and social justice in contexts of national reconstruction. Thus, the study demonstrates that understanding these three currents is essential for analyzing how economic ideas influence public policy, social development, and institutional organization, highlighting the historical and geopolitical relevance of each system.

**Keywords:** freedom; empiricism; United Kingdom; USA; Germany; Keynesian.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação da Alemanha nas exportações mundiais (%)	33
Figura 2 - Mapa corporativo da Alemanha	40
Figura 3 - Distribuição das 500 maiores empresas alemãs	35
Figura 4 - Registros comerciais na Alemanha	37
Figura 5 - O domínio por países sobre a Alemanha no pós 2ª Guerra Mundial	39

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>O LIBERALISMO</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO LIBERALISMO</b>	<b>23</b>
<b>3.2</b>	<b>PROPRIEDADE PRIVADA</b>	<b>25</b>
<b>3.3</b>	<b>DINHEIRO</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>NEOLIBERALISMO</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>ORDOLIBERALISMO</b>	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DO LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO</b>	<b>40</b>
<b>7</b>	<b>A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DO ORDOLIBERALISMO</b>	<b>45</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o liberalismo, o neoliberalismo e o ordoliberalismo, destacando suas semelhanças, diferenças e inter-relações, uma vez que as três concepções se fundamentam em um mesmo princípio: a valorização da propriedade privada, a defesa da liberdade individual e relações com intervenções estatais. Busca-se compreender as transições e adaptações dessas correntes ao longo do tempo, evidenciando que o liberalismo não constitui um pensamento homogêneo, mas sim um conjunto de ideias em constante transformação. Tal constatação torna-se evidente quando se observa a incorporação de elementos keynesianos em determinadas vertentes liberais, que passaram a admitir maior presença do Estado na economia, visando reduzir as desigualdades sociais, o desemprego e as oscilações entre oferta e demanda.

O liberalismo, teorizado desde o século XVII, serviu de base para o surgimento do neoliberalismo e do ordoliberalismo, ambos desenvolvidos no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. A análise conjunta dessas três vertentes permite compreender a evolução histórica e teórica do pensamento liberal, bem como sua relevância na conformação das dinâmicas políticas e econômicas globais. Um exemplo emblemático é a aplicação do ordoliberalismo na Alemanha, que teve papel fundamental na reconstrução de sua economia no período pós-guerra. A partir dessa perspectiva, torna-se possível avaliar se o liberalismo e suas variações acompanharam as transformações estruturais da política e da economia mundial, além de compreender as razões pelas quais tais sistemas passaram por mudanças e adaptações.

No campo do ensino de Geografia, o entendimento desses três princípios é fundamental, pois eles oferecem subsídios teóricos para a análise de diversos processos históricos e econômicos. Tópicos como as duas guerras mundiais, a globalização, a revolução industrial e a recuperação econômica alemã estão profundamente vinculados à lógica liberal, marcada pela busca de competitividade internacional, expansão econômica e consolidação do mercado global. Assim, o estudo dessas correntes contribui para a compreensão das relações entre economia,

política e território.

Por fim, este trabalho apresenta relevância acadêmica por oferecer uma leitura articulada de três sistemas econômicos interligados por uma mesma base teórica. Tal abordagem facilita o desenvolvimento de pesquisas sobre temas correlatos, como os conflitos políticos na Europa, a industrialização inglesa e francesa, o imperialismo norte-americano e a formação da economia mundial contemporânea. Cada capítulo da pesquisa busca sistematizar as principais características desses três sistemas, abordando seus fundamentos, autores centrais, contextos de origem, aplicações práticas e impactos positivos e negativos na organização econômica e social.

## 2 METODOLOGIA

Os textos iniciais abordam a estrutura do sistema econômico sob uma perspectiva teórica, empregando predominantemente metodologias bibliográficas e qualitativas. Em algumas seções, são utilizadas abordagens descritivas e exploratórias, coletando informações por meio de pesquisas sobre temas como “Relação da geografia com o liberalismo e ordoliberalismo”, “Ordoliberalismo após a Segunda Guerra Mundial”, “Neoliberalismo e seus impactos na política global”, “Origens do Neoliberalismo”, entre outros, em plataformas como Google Acadêmico e SciELO.

A revisão bibliográfica deste trabalho foi elaborada a partir de textos e autores que fundamentaram o embasamento teórico e as citações utilizadas ao longo da pesquisa. Optou-se por referências que abordam temas relacionados ao neoliberalismo aplicado no Chile, ao imperialismo e suas conexões com a economia, às redes geográficas vinculadas às dinâmicas econômicas e à globalização, entre outros assuntos correlatos.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica, descritiva e exploratória. No que se refere à abordagem qualitativa, buscou-se analisar a perspectiva de autores representativos do pensamento liberal em diferentes contextos históricos. Entre eles, destaca-se John Locke, um dos teóricos clássicos do liberalismo, cuja reflexão enfatiza o empirismo, a liberdade individual e a limitação do poder estatal, partindo de uma concepção filosófica da liberdade mais do que econômica. Também se recorreu a Juan Ramón Rallo, autor contemporâneo que, ao criticar fenômenos globais vinculados ao socialismo, defende uma leitura liberal pautada na livre iniciativa e na autonomia dos agentes econômicos. A análise dessas diferentes visões, tanto clássicas quanto atuais, reforça o caráter qualitativo da pesquisa, que privilegia interpretações e significados em vez de dados quantitativos.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, o trabalho foi desenvolvido com base em artigos e obras acadêmicas que tratam de temas como o liberalismo clássico, o liberalismo contemporâneo, o neoliberalismo e suas relações com o ensino de Geografia, os impactos neoliberais na economia global e o ordoliberalismo no processo de reconstrução econômica da

Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa assume também um caráter descritivo, uma vez que procura apresentar e interpretar, de forma detalhada, os fenômenos e concepções analisados. John Locke, por exemplo, descreve o contexto social e político da Inglaterra do século XVII, abordando questões como a intolerância religiosa, a liberdade comercial e a autonomia administrativa. Da mesma forma, Castillo (2008) analisa o papel das empresas contemporâneas e seu impacto na divisão territorial e na globalização econômica, o que reforça o caráter descritivo da análise proposta neste trabalho.

Por fim, o estudo é igualmente exploratório, pois busca aprofundar a compreensão de um tema pouco abordado na literatura: o ordoliberalismo. Essa corrente, aplicada unicamente na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, apresenta complexidades teóricas e práticas que dificultam sua assimilação no campo das ciências sociais e econômicas. Sua limitada difusão e o reduzido número de publicações específicas justificam a adoção de uma abordagem exploratória, voltada à ampliação do entendimento sobre suas bases e implicações.

### 3 O LIBERALISMO

O estudo do liberalismo apresenta grande relevância para a educação, especialmente por se tratar de um princípio fundamental que atravessa áreas do conhecimento, como Sociologia, História, Geografia e Filosofia. Sua abordagem permite compreender noções centrais como individualismo, autonomia e liberdade intelectual – conceitos que contribuem para o desenvolvimento de uma postura crítica e investigativa diante do mundo. A compreensão do liberalismo, portanto, ultrapassa a dimensão teórica e alcança o cotidiano, sendo observada em temas como os direitos humanos, o funcionamento do livre mercado, as políticas de privatização e terceirização e o papel regulador do Estado. Diante disso, torna-se essencial que os estudantes adquiram esses conhecimentos como parte de sua formação básica, uma vez que eles permeiam a estrutura política e econômica das sociedades contemporâneas (Santos, 1999).

No campo da Geografia, o liberalismo assume especial importância, pois suas implicações que estão diretamente relacionadas a temas como território, conflitos políticos, desigualdades sociais, classes econômicas e globalização. A adoção dos princípios liberais ao longo da história favoreceu o fortalecimento do capitalismo, sistema que compartilha com o liberalismo a defesa do livre mercado e da propriedade privada. Essa correlação refletiu-se em questões geopolíticas e territoriais, nas quais os interesses econômicos motivam disputas e reconfigurações espaciais. Um exemplo contemporâneo é o caso da Crimeia: região de interesse estratégico para a Rússia por oferecer acesso ao mar o ano inteiro e ampliar as possibilidades de comércio marítimo, o que é necessário para que um país hegemônico capitalista prospere da melhor forma. Tal contexto gera tensões políticas com a Ucrânia, que também reivindica o território, evidenciando como a lógica liberal e capitalista se manifesta em disputas territoriais, atuando controlando as limitações territoriais de cada país, obrigando países a assumirem regiões por necessidades econômicas – e, conseqüentemente, como o estudo da Geografia se conecta a essa dimensão política e econômica liberal.

O filósofo britânico John Locke (1632–1704) é reconhecido como um dos principais teóricos do liberalismo. Sua obra “Dois Tratados sobre o

Governo Civil” foi escrita em um contexto de intensos debates entre o Parlamento inglês, defensor de ideias liberais, e a Coroa, apoiadora do absolutismo. Locke, favorável ao Parlamento, tornou-se um dos grandes inspiradores do Iluminismo e, posteriormente, da Revolução Francesa. Esse período histórico coincidiu com a consolidação da burguesia e do capitalismo como modelo econômico, especialmente na Inglaterra, país que liderou as transformações políticas e industriais entre os séculos XVII e XVIII. Como observa Ferreira (2002, p. 28), “a Inglaterra esteve sempre mais avançada em relação ao resto da Europa, pois foi justamente em solo britânico que primeiramente ocorreram aquelas revoluções responsáveis pela consolidação do capitalismo: a Primeira Revolução Industrial e a primeira revolução liberal na Europa, a Revolução Gloriosa.” Nesse cenário, Locke destacou-se como um dos pensadores que mais contribuíram para a ascensão burguesa. A classe burguesa passou a ver o liberalismo como um princípio antagônico ao absolutismo e essencial para o alcance da prosperidade econômica, consolidando-se como força política hegemônica (Ferreira, 2022, p. 38).

Sua relação com a poderosa família Whig, da qual foi médico pessoal do líder Lorde Shaftesbury, além de sua origem puritana, reforçou sua inserção no meio político e intelectual da época. Como destaca Villela (2014, p. 3), “Locke presenciou desde bem jovem os conflitos políticos, diante dos quais iria se posicionar teoricamente”. Em sua obra “Primeiro Tratado sobre o Governo Civil”, apresenta uma crítica direta ao pensamento absolutista de Robert Filmer, que defendia o direito divino dos reis a partir da descendência de Adão, fundamentando o poder monárquico em preceitos bíblicos. Além disso, Locke refuta essa visão afirmando que o direito de propriedade e de uso da natureza não provém de mandamentos divinos, mas da razão e do princípio da autopreservação humana.

Deus aprofundou e estendeu a propriedade dos homens pela doação a Noé da liberdade de usar todas as criaturas inferiores como alimentos [...] o direito de comer os animais provém, não da palavra de Deus, mas dos sentidos, da razão e do desejo de preservação dos homens (Locke, 1704, *apud* Várnagy, 2010, p. 14).

No Segundo Tratado sobre o Governo Civil, Locke desenvolve a ideia da origem da sociedade política, partindo do estado de natureza até o surgimento do governo constitucional, considerado o ápice da organização civilizada. O autor reconhece, entretanto, que o ser humano pode degenerar e agir de forma imprudente, o que torna necessária a criação de

mecanismos de contenção – representados pelas leis e pelo poder legislativo. Conforme observa Ottonicar (2019, p. 7) “esse indivíduo, que se tornou o soberano, degenera e passa a abusar do poder que lhe foi confiado. Os homens então, para frear o impulso arbitrário do soberano, estabelecem o poder legislativo”. Daí em diante, as leis deverão ser o limite para a ação do monarca.

Os fundamentos do liberalismo lockeano derivam da Lei Natural, compreendida como um conjunto de princípios racionais que orientam a conduta humana e definem o que é o bem e o mal. Para Locke, a vida, a liberdade e a propriedade constituem direitos inalienáveis. Como explica Várnagy (2010, p. 12), “o significado político da lei natural está dado na medida em que seus imperativos não cessam na sociedade, mas, em muitos casos, apenas se tornam mais rigorosos, acrescidos de penalidades humanas que forçam sua observância”. Assim, no estado de natureza, os homens vivem em liberdade e igualdade, não subordinados a qualquer autoridade, mas regidos pela razão. Ainda que exista liberdade, ela não se confunde com Anarquia, pois cada indivíduo deve exercer sua autonomia sem ferir a vida, a saúde, a liberdade ou os bens de outrem. Dessa forma, quem viola a lei natural torna-se nocivo à sociedade e pode ser punido por seus semelhantes: “Qualquer homem no estado de natureza tem o poder de matar um assassino ou castigar um delinquente, pois este renunciou à razão e à lei” (Várnagy, 2010, p. 14).

Para John Locke, o liberalismo está ancorado na ideia de que, no estado de natureza, o ser humano vive em uma condição de liberdade perfeita, sem a presença de uma autoridade legislativa. Não há, portanto, subordinação a nenhum poder externo. Contudo, essa liberdade não é absoluta: ela é regulada pela lei natural, segundo a qual os indivíduos são livres e iguais, mas devem respeitar a vida, a liberdade e a propriedade alheias. Locke argumenta que, diante de violações dessa lei, é justo que os homens julguem e punam quem a desrespeita, uma vez que “qualquer homem no estado de natureza tem o poder de matar um assassino ou castigar um delinquente, pois este renunciou à razão e à lei” (Várnagy, 2010, p. 14).

O liberalismo, enquanto filosofia política, parte do princípio do individualismo, colocando o indivíduo como centro da análise moral e política. Nesse sentido, ideias coletivas – como religião, Estado ou meio

ambiente – não constituem a base do pensamento liberal, a menos que sejam fruto do interesse individual. Rallo (2019, p.14) explica que é possível reconhecer a existência dos grupos sociais sem, contudo, subordinar o indivíduo a eles: “é perfeitamente compatível considerar o indivíduo como centro da análise moral e, ao mesmo tempo, reconhecer que os grupos existem e que, além disso, são muito relevantes na formação da identidade”.

A cooperação social, segundo Rallo (2019, p. 15), foi fundamental para a evolução humana, pois “o homem é inconcebível como um ser isolado [...] a evolução do animal humano para a pessoa humana foi realizada através da cooperação social”. Ainda assim, o liberalismo defende que o indivíduo deve ter a liberdade de buscar o que deseja, sem coerções externas. Essa autonomia se expressa na noção de soberania individual, que significa o direito de o sujeito governar a si mesmo.

Contudo, a soberania não é ilimitada: ela depende da existência dos direitos individuais, que funcionam como restrições legítimas à ação política e garantem a proteção do indivíduo contra o arbítrio do Estado. “Se tais restrições não existissem, estaríamos à mercê do que a ordem política quisesse fazer-nos” (Rallo, 2019, p. 17). Uma metáfora esclarecedora é a de uma luta de boxe: o boxeador tem licença para golpear, mas não o direito de ferir deliberadamente. Da mesma forma, o liberalismo reconhece a liberdade individual, mas impõe limites éticos para evitar que a liberdade de um se sobreponha à de outro.

No liberalismo, portanto, o indivíduo é autodeterminado e autogovernado, e os direitos são concebidos de modo a torná-lo um agente moral capaz de realizar seus próprios projetos. “O liberalismo costuma tomar como tipo ideal de sujeito de direito o ser humano adulto, completamente consciente e responsável por seus atos” (Rallo, 2019, p. 20). Desse modo, considera-se incompatível com o liberalismo tratar o indivíduo como “objeto de direito”, pois isso “significa atropelar a sua soberania e ignorar a salvaguarda do seu espaço moral” (Rallo, 2019, p. 21).

A filosofia liberal, assim, opõe-se às concepções anti-individualistas, que subordinam o indivíduo ao coletivo ou à vontade de outros. Para Rallo (2019, p. 23), “se uma pessoa é manipulada e transformada por essa entidade social, na realidade ela está apenas sendo manipulada e

transformada por outros indivíduos”. Historicamente, o liberalismo defendeu que a autoridade não deve emanar de uma maioria ou de instituições divinas, mas do consentimento dos indivíduos soberanos. Essa noção se relaciona diretamente à propriedade privada, elemento central no pensamento liberal, que expressa a autonomia do indivíduo sobre seus bens e seu trabalho, sem a intervenção do Estado – entendido aqui como a “maioria” que não deve impor-se sobre a “minoridade” dos proprietários.

No pensamento de Locke, a propriedade privada surge como consequência direta do direito natural à vida e à liberdade. O autor sustenta que “os homens nascem já possuidores de direitos naturais, direito à vida e à liberdade [...] o trabalho individual é uma propriedade, e o seu fruto também o será” (Ferreira, 2002, p. 7). Assim, o direito à propriedade torna-se inalienável e fundamenta a ordem política liberal.

Para Locke, a sociedade civil nasce do consentimento mútuo, com o objetivo de preservar os direitos naturais e evitar os conflitos do estado de natureza. A passagem desse estado natural para o político visa proteger a vida, a liberdade e os bens, consolidando uma ordem que limita a liberdade absoluta e garante a convivência pacífica. Em sua estrutura política, Locke propõe a divisão entre três poderes – Legislativo, Executivo e Federativo – com primazia do primeiro, cuja função é proteger a propriedade e os direitos dos cidadãos.

O liberalismo lockeano, ao privilegiar a liberdade e a propriedade privada, serviu como base teórica para o fortalecimento da burguesia moderna e para a consolidação da democracia representativa. Em suma, o pensamento de Locke inaugura uma concepção de Estado fundada no indivíduo como sujeito soberano, livre e proprietário, cujos direitos são anteriores e superiores à própria autoridade política (Ferreira, 2002).

### 3.1 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO LIBERALISMO

Em 1815, a França vivia um período de reconstrução após as guerras napoleônicas. Para seguir em frente, o país passou a adotar as ideologias predominantes do século XIX – o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo – que se consolidaram como a linguagem política e econômica básica do capitalismo mundial. Entre essas correntes, foi o liberalismo que exerceu maior influência, devido à sua capacidade de difundir uma

geocultura de alcance global, tanto entre as elites quanto entre a classe média. Como observa Wallerstein (1992, p. 119), “foi o liberalismo que emergiu triunfante, e tão cedo quanto o que pode ser entendido como a primeira revolução mundial desse sistema, a revolução de 1848”.

Com a ascensão liberal, iniciou-se um amplo processo de adaptação social e política, em que os próprios cidadãos se tornaram agentes de transformação. O desenvolvimento industrial intensificou a participação dos trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, mais resistentes às novas formas de produção e organização econômica, passaram a ser vistos como ameaça à consolidação do sistema capitalista. Wallerstein (1992, p. 120) sintetiza esse dilema: “como essas ‘classes perigosas’ seriam impedidas de levar aquelas normas demasiadamente a sério e, com isso, interferir no processo de acumulação do capital?. Esse foi o dilema político que se apresentou agudamente às classes governantes na primeira metade do século XIX”.

A revolução de 1848 representou um marco na consolidação do liberalismo, revelando tanto seu potencial de transformação quanto seus limites. As repressões às revoltas populares mostraram-se ineficazes, pois aumentavam as tensões sociais e demonstravam que mudanças políticas duradouras exigiam processos prolongados e não apenas levantes pontuais.

O liberalismo também se mostrou uma doutrina versátil, capaz de dialogar tanto com perspectivas de direita quanto de esquerda. À direita, enfatizava a concessão gradual de reformas e a defesa da ordem; à esquerda, inspirava a organização política em torno da racionalidade e da ação deliberada. Ambas as vertentes compartilhavam a convicção de que o progresso seria fruto do pensamento racional e da ação reformista. “Os homens (a inclusão das mulheres raramente surgia como uma questão) eram naturalmente racionais, potencialmente racionais e, no limite, racionais” (Wallerstein, 1992, p. 122).

Nesse contexto, consolidou-se o reformismo racional, princípio central do liberalismo. Acreditava-se que apenas indivíduos instruídos e moralmente preparados poderiam conduzir as transformações necessárias à sociedade. Como afirma Wallerstein (1992, p. 123), “o reformismo racional foi o conceito organizador do liberalismo e ditou, portanto, a posição aparentemente contraditória dos liberais a respeito da relação

entre o indivíduo e o Estado”. Assim, evitavam-se rupturas revolucionárias abruptas e buscava-se a mudança dentro da legalidade institucional.

A relação entre Estado e indivíduo no pensamento liberal era, portanto, ambígua. Os liberais defendiam a limitação da intervenção estatal nas liberdades individuais (*laissez-faire*), mas também apoiavam leis que assegurassem justiça e estabilidade social. “O que importava aos liberais não era nem o *laissez-faire*, nem essas leis por si só, mas sim o progresso deliberado e estável em direção à boa sociedade” (Wallerstein, 1992, p. 124). Dessa forma, o liberalismo não era essencialmente antiestatista, mas propunha um Estado racionalmente regulador e reformista.

Contudo, Wallerstein identifica um paradoxo central: o liberalismo é reformista, mas também antidemocrático. A crença no “império dos melhores” – ou seja, o governo daqueles mais educados e meritocráticos – consolidou uma nova aristocracia baseada no saber e na propriedade. Esse elitismo impedia que as massas tivessem participação efetiva na vida política.

Na segunda metade do século XIX, a classe trabalhadora passou a reivindicar reformas políticas e sociais mais amplas. Entretanto, essas demandas foram gradualmente neutralizadas com a introdução do sufrágio universal, o fortalecimento do Estado de bem-estar social e a promoção de uma identidade nacional integradora. Enquanto isso, nas regiões não europeias, as chamadas “classes perigosas” também se mobilizavam. “As classes perigosas do mundo não-europeu agitavam-se politicamente do México ao Afeganistão, do Egito à China [...] a vitória do Japão sobre a Rússia em 1905 foi considerada [...] o começo da retração da expansão europeia” (Wallerstein, 1992, p. 126).

Essas transformações globais levaram os liberais a repensar o alcance de suas reformas. A partir daí, surgiu a ideia de um bem-estar social internacional, voltado ao desenvolvimento dos países periféricos e à ampliação das relações comerciais. No entanto, essa expansão manteve contradições profundas, especialmente no que diz respeito ao racismo estrutural. Como aponta Wallerstein (1992, p. 128), “o proclamado universalismo do liberalismo tornara-se compatível ao racismo mediante a ‘externalização’ dos objetos do racismo para fora das fronteiras da nação [...] O problema era o de que, em um nível mundial, não havia lugar para a ‘externalização’ do racismo”. Assim, as contradições internas do liberalismo

tornaram-se cada vez mais evidentes.

Concluindo, observa-se que o liberalismo consolidou-se como a principal ideologia do capitalismo moderno ao articular liberdade individual, propriedade privada e racionalidade reformista. Ao mesmo tempo, revelou tensões estruturais – entre igualdade e hierarquia, universalismo e exclusão – que se perpetuaram ao longo do século XIX. Nesse contexto, a propriedade privada assumiu papel central, pois o sistema liberal favorece a livre iniciativa, o crédito e o investimento, estimulando o giro do capital e a criação de negócios individuais. A propriedade privada, portanto, expressa a essência dos direitos individuais e o núcleo da lógica liberal.

### 3.2 PROPRIEDADE PRIVADA

A propriedade privada, para um estudante de Geografia, é um princípio de grande relevância, pois reflete diretamente a realidade contemporânea. Ela fundamenta o funcionamento de diversas instituições de destaque mundial, como *Amazon*, *Google*, o ICBC (Banco Industrial e Comercial da China), o *Walmart* (maior rede varejista do mundo), o banco de investimentos *JPMorgan Chase*, e, no Brasil, exemplos como o banco Itaú, o Mercado Livre e a indústria de alimentos JBS. Compreender as dinâmicas que envolvem a propriedade privada é essencial, uma vez que esse setor movimenta cerca de R\$ 6,5 trilhões anualmente, valor muito superior ao do setor público (Castillo, Botelho e Busca, 2021).

No âmbito privado, o principal objetivo é a obtenção de lucro econômico, voltado ao interesse individual, e não à promoção do bem-estar coletivo, característica mais presente no setor público. Assim, a conscientização crítica sobre essa lógica no ambiente educacional é fundamental para evitar que práticas que reforcem desigualdades, corrupção e desrespeito ao bem comum sejam naturalizadas (Budd, 2004).

A propriedade é um tema central no liberalismo de John Locke, para quem o conceito está relacionado a “vida, liberdade e terra”, além de incluir bens, direito à herança e acumulação de riquezas. Nas leis inglesas, a propriedade também servia como instrumento de punição, podendo ser retirada de famílias que tivessem cometido delitos (Budd, 2004).

Locke defendia que a propriedade deveria ser sempre privada, pois seria um dom divino concedido em comum à humanidade, anterior à

formação da sociedade organizada. Assim, nenhum órgão poderia tomar a propriedade sem o consentimento de seu dono:

Tudo era comum originalmente. Deus deu a terra aos filhos dos homens, deu-a para a humanidade em comum e para poder cumprir com a lei natural de autopreservação. Porém, embora tudo pertença aos homens em comum, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa (Várnagy, 2006, p.16).

A criatividade humana aplicada aos recursos naturais dá origem ao direito de propriedade, pois o trabalho transforma o produto natural em algo dotado de marca e valor próprios. Dessa forma, o trabalho confere ao homem um direito natural sobre a terra. Para Locke, a propriedade não possui limites fixos: o homem pode apropriar-se do que conseguir cultivar e melhorar por meio de seu trabalho. Entretanto, a própria lei natural impõe uma limitação prática: “[...] a extensão da terra que um homem pode parar, plantar, melhorar e cultivar e os produtos dela que é capaz de usar constituem sua propriedade” (Várgany, 2006, p. 16).

O filósofo acreditava que o valor de qualquer bem estava diretamente ligado ao trabalho empregado em sua produção. Essa relação é perceptível quando pequenas propriedades alcançam maior produtividade do que grandes extensões de terra.

Um dos pressupostos de Locke é que sempre haverá território suficiente para todos, como na América, para qualquer um que quiser trabalhá-la: ‘há terra bastante no mundo para o dobro dos habitantes. Mas a invenção do dinheiro permitirá a acumulação ilimitada de terras, concentrando-as em poucas mãos (Várgany, 2006, p. 16).

Assim, a propriedade privada se relaciona intimamente com a lógica de acumulação, pois é nela que se gera grande parte do capital – um capital produzido sem a “mão invisível” do Estado. Isso fomenta o processo de concentração de terras e riqueza, conforme mencionado por Locke, gerando a problemática de “muita terra nas mãos de poucos”.

### 3.3 DINHEIRO

A compreensão do dinheiro é igualmente relevante para a Geografia, pois ele representa a padronização do valor dos produtos. O dinheiro surgiu como alternativa ao escambo, que frequentemente resultava em trocas injustas e ineficientes. Com sua criação, tornou-se possível estabelecer o valor exato de bens e serviços, facilitando a

comercialização e o desenvolvimento das trocas econômicas. No campo educacional, a discussão sobre o dinheiro permite compreender, de forma prática, as desigualdades econômicas entre países, bem como os investimentos em áreas como saúde, educação e cultura. A partir disso, é possível analisar indicadores como o IDH e o índice de Gini, fundamentais para mensurar riqueza, pobreza e desigualdade, enriquecendo a análise geográfica (Budd, 2004).

No capitalismo, o dinheiro assume papel central, pois é o meio que possibilita sua expansão. Por meio do investimento, é possível multiplicar o capital até o ponto em que ele é convertido em bens, serviços ou poder. No estado de natureza, a propriedade privada era limitada pela necessidade de consumo imediato, já que os bens pereciam com o tempo. Com a invenção do dinheiro, o homem passou a ter meios para armazenar valor, aumentar seus domínios e produzir excedentes. Esse processo impulsionou a transição para uma economia voltada à acumulação de riquezas e à durabilidade dos bens.

As consequências disto são a extensão da posse de terras e o crescimento da sociedade comercial. Isto produz desigualdades na propriedade, o que originará conflitos em torno dela e acabará com a idílica existência do estado de natureza, conflitos que só poderão ser resolvidos com a constituição de leis positivas na sociedade civil ou comunidade política (Estado) (Várgany, 2006, p.17).

Assim, o dinheiro relaciona-se profundamente com o liberalismo, pois constitui o principal instrumento de sua dinâmica. Ele possibilita o desenvolvimento de trocas econômicas, investimentos e a circulação de valores, inclusive em meios digitais, como ocorre nas atuais transações financeiras. O dinheiro, no entanto, carrega uma contradição: embora tenha sido criado para promover autonomia e eficiência nas relações econômicas, ele revela a dependência mútua entre os agentes produtivos, “não existindo esta contradição não há o que falar em dinheiro, forma e medida genérica de sociabilização dos produtos gerados sob inspiração individual daqueles agentes” (Oliveira, 2014, p.35).

No contexto capitalista, o dinheiro tornou-se a medida universal de valor, atribuindo significado econômico ao trabalho e ao consumo. Durante a Revolução Industrial, essa função foi intensificada com a produção em larga escala e o fortalecimento da economia mercantil.

Realçar aqui é a natureza do dinheiro como forma e medida da validação social da produção antecipada de forma individual e independente por agentes econômicos que, de fato e

contraditoriamente, são dependentes entre si (Oliveira, 2014, p.35).

A valorização do dinheiro, inclusive em metais preciosos, expressa a contradição entre seu uso funcional e a tendência à acumulação. No capitalismo, o dinheiro assume posição dominante como representante universal de valor:

É no capitalismo, erigido sobre a base mercantil da vida socioeconômica, onde a mercantilização acabou por subjugar a própria força de trabalho em trabalho assalariado, que o dinheiro assume a plenitude de sua dominância como representante universal (Oliveira, 2014, p. 35).

Com o tempo, o dinheiro assumiu múltiplas funções e passou a ser mediador de poder, riqueza e relações produtivas. Sua acumulação deu origem à atividade bancária e ao crédito financeiro, inicialmente representado por títulos em papel e, atualmente, por registros eletrônicos, “primeiro como títulos em papel, depois sob forma escritural em fichas de controle interno e, finalmente, nos dias atuais, como escrituração eletrônica em arquivos inscritos em computadores da rede bancária” (Oliveira, 2014, p. 35). O desenvolvimento do crédito bancário, especialmente a partir do século XVII, permitiu maior circulação de capital e fomentou a expansão da economia capitalista moderna.

Por meio desta mecânica instituída sob respaldo e com assistência do Estado, o crédito emitido sem lastro correspondente em dinheiro metálico ou de emissão oficial ganhou sobrevida, elasticidade e credibilidade suficientes para prover dinheiro ao capitalismo (Oliveira, 2014, p. 37).

Dessa forma, a circulação indireta do dinheiro e a emissão de crédito consolidaram a base financeira do capitalismo contemporâneo, promovendo maior liquidez e sustentando as dinâmicas de investimento e acumulação global.

Portanto, ao longo do tempo, o dinheiro passou a ser emitido na forma de crédito por diversos agentes econômicos, com exceção do dinheiro em cédula, ainda utilizado no cotidiano. No Brasil, o dinheiro apresenta duas representações principais. A primeira corresponde à base monetária, que historicamente esteve associada ao valor representativo do ouro e da prata. A segunda diz respeito ao dinheiro aplicado em instrumentos financeiros, como Cadernetas de Poupança, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Fundos de Investimento, Fundos de Previdência, entre outros (Budd, 2004).

Além disso, existe o chamado dinheiro manual - ou físico -, cuja

relevância social é reduzida, representando apenas 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Trata-se de um dinheiro proveniente da emissão oficial, mas disponibilizado à sociedade por meio do sistema bancário, “não havendo depósito prévio pelo público naquele sistema” (Oliveira, 2014, p. 40). Dessa forma, observa-se que praticamente não existe dinheiro fora do sistema bancário, exceto o dinheiro manual (ou em cédula). Em outras palavras, não há compensação de pagamentos na economia brasileira que escape à intermediação bancária.

De acordo com Oliveira (2014), o dinheiro surgiu como uma forma de buscar liberdade frente aos poderes concentrados nas antigas e medievais civilizações. Ao longo da modernidade, tornou-se um elemento impulsionador do desenvolvimento tecnológico e da acumulação de capital, contribuindo para superar a escassez material decorrente dos baixos níveis de produtividade de períodos anteriores, ainda que esse processo tenha ocorrido ao custo de intensos conflitos e derramamento de sangue (Conroy, 1975).

#### 4 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é um tema de grande relevância para o estudo na educação básica, pois se trata de um princípio fortemente aplicado no cotidiano político. Ele considera o mercado como principal interesse da sociedade, permitindo arrecadar recursos com maior eficiência do que outros mecanismos, o que desloca a atenção de princípios que, em teoria, deveriam estar mais vinculados ao meio social, como instituições ambientais, mineradoras e educacionais. Dessa forma, muitas instituições que se apresentam como sociais nem sempre o são na prática.

O interesse econômico é naturalmente atraente e, quando aplicado em setores ainda pouco influenciados pelo neoliberalismo, torna-se ainda mais significativo, pois a ausência de competição permite que seus princípios se disseminem em diferentes esferas políticas e econômicas. Esse fenômeno merece atenção, estudo e análise na educação básica, pois reflete diretamente no cotidiano e é tema recorrente no noticiário político.

A consolidação do neoliberalismo ocorreu a partir de momentos geopolíticos marcantes em países como China, Estados Unidos e Reino Unido. Na China, Deng Xiaoping liberalizou fortemente a economia de um país anteriormente comunista, impactando o desenvolvimento do neoliberalismo em escala global. Nos Estados Unidos, Paul Volcker, à frente do Banco Central em 1979, adotou medidas neoliberais para controlar a inflação, incluindo cortes em investimentos de risco, estimulando a economia e reduzindo o desemprego. No Reino Unido, Margaret Thatcher enfraqueceu os sindicatos para conter a inflação, enquanto nos EUA, Ronald Reagan, em conjunto com Volcker, promoveu a desregulamentação industrial e agrícola e fortaleceu o setor financeiro (Harvey, 2010).

O neoliberalismo é uma prática político-econômica que prioriza o empreendedorismo individual, direitos de propriedade privada e bem-estar humano, cabendo ao Estado garantir condições institucionais favoráveis, como proteção da moeda, defesa militar e, em casos excepcionais, apoio a mercados de educação, saúde, segurança social, recursos naturais e meio ambiente. Contudo, a intervenção estatal não deve ser prioritária, pois o Estado carece de competência para regular adequadamente o mercado liberal e pode ser manipulado por grupos de interesse, especialmente em

democracias (Harvey, 2010).

As políticas neoliberais buscaram desmontar poderes e instituições tradicionais, afetando relações de trabalho, estruturas sociais e tecnologias, com base na premissa de que o mercado orienta as ações humanas (Harvey, 2008). Esse movimento fomentou a maximização do bem social e a ampliação do domínio humano sobre o mercado, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico, dando origem à chamada “sociedade da informação”, com compressão do tempo e do espaço, favorecendo a globalização (Harvey, 2008, p. 15).

Após a Segunda Guerra Mundial, o neoliberalismo se consolidou como resposta a movimentos que ameaçavam o capitalismo, sendo percebido como um vetor de paz e estabilidade frente às alternativas socialistas. Seus fundadores enfatizavam a dignidade humana e a liberdade individual, promovendo grupos pró-liberdade em cidades como Chicago, Paris e Cidade do México (Harvey, 2008, p. 15).

Entre os princípios centrais do neoliberalismo estão a privatização da economia, direitos de propriedade para estrangeiros, remoção de barreiras comerciais e controle sobre serviços essenciais, com restrições à greve e à sindicalização. O primeiro governo neoliberal formal foi o de Pinochet no Chile, apoiado pela elite agrária, com forte intervenção do grupo “*Chicago Boys*”, inspirado por Milton Friedman, para reconstruir a economia chilena durante a Guerra Fria.

Nos países capitalistas, surgiram estados democráticos que buscaram conciliar pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar social, utilizando o Estado para intervir nos mercados, prática chave do neoliberalismo (Harvey, 2008 p. 17). Apesar do crescimento econômico observado nos anos 1950 e 1960, a abertura de fronteiras ampliou desigualdades globais, especialmente na América do Sul, Sudeste Asiático e África.

O neoliberalismo evoluiu de maneira desigual pelo mundo, moldando-se às forças políticas, históricas e institucionais locais, influenciando golpes em países como Argentina e Chile, promovendo acumulação de capital, mas também reforçando desigualdades sociais estruturais. Considerado uma resposta ao capitalismo social, teve forte defesa por pensadores como Milton Friedman e Karl Popper, que alertavam para a ameaça de perda da liberdade individual e da dignidade frente ao poder arbitrário (Harvey, 2008,

p. 31).

O neoliberalismo tornou-se hegemônico a partir de 1979, nos EUA e na Grã-Bretanha, sendo impulsionado por Margaret Thatcher para enfrentar a estagnação econômica, e consolidado por Hayek, cujas ideias anti-intervencionistas e contra o socialismo foram apoiadas pelo grupo *Mont Pelerin*. Junto com Milton Friedman, Hayek recebeu o prêmio Nobel de Economia, promovido por elites bancárias suíças. Nesse período, o chamado “*Choque Volcker*” elevou juros e controlou a inflação, sendo adotado também pelo governo Reagan, alinhando políticas monetárias ao sistema neoliberal.

Nesse sistema, os principais administradores são os CEOs, que dominam as questões financeiras e técnicas, assumindo o controle do capitalismo, o que reduziu o protagonismo dos acionistas, que só exerciam influência quando contavam com o apoio da classe corporativa. Nesse contexto, o cenário econômico global passou a apresentar uma nova visão de classes sociais, pois o que antes era considerado exclusivo da elite passou a incluir novas possibilidades no empreendedorismo e novas relações comerciais, como nos setores de biotecnologia e tecnologia da informação. “Novas relações de mercado viabilizaram todo tipo de possibilidades de comprar barato e vender caro, quando não reais mercados cativos, de modo que se construíram fortunas” (Harvey, 2008, p. 44).

A liberdade de mercado, nesse contexto, significa expandir o poder de monopólios globalmente, com o mínimo de restrições possível, utilizando estímulo e persuasão.

Como poderia ter dito Polanyi, o neoliberalismo proporciona direitos e liberdades àqueles ‘que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança’, deixando um verniz para o resto de nós. Como então o ‘resto de nós’ aquiesceu tão facilmente a esse estado de coisas? (Harvey, 2008, p. 45).

O mercado desenvolvido sob o sistema neoliberal favorece a criação de poderes monopolistas, como exemplifica a empresa Coca-Cola, cuja atuação global é muito mais ampla do que em sua origem. No entanto, o neoliberalismo prioriza ações que garantam retorno seguro, privilegiando princípios previamente hegemônicos: “[...] o neoliberalismo proporciona direitos e liberdades àqueles ‘que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança’, deixando um verniz para o resto de nós” (Harvey, 2008, p. 50).

Dessa forma, o sistema apresenta limitada relação com os valores fundamentais de uma civilização, estabelecendo vínculos mais estreitos com poderes arbitrários. O pensamento crítico e a reflexão são controlados, e concepções minoritárias são frequentemente suprimidas. Além disso, a moralidade é questionada e predomina a ideia de que apoiar o mercado privado e a competição é essencial para garantir a liberdade humana.

O sistema capitalista neoliberal mantém forte relação com as concepções de Adam Smith, da “mão invisível”, que orienta instintos humanos como ambição, desejo de riqueza e busca por benefícios, em oposição às ideias keynesianas. Nesse modelo, o Estado enfrenta limitações extremas para promover prosperidade econômica, restrito por interesses políticos e pela dificuldade de interpretar os sinais do mercado.

O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível em seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal e a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento (Harvey, 2008, p. 32).

O neoliberalismo ganhou impulso nos anos 1980, com referências centrais em Margaret Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra, e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, em um contexto de desregulamentação de mercados, privatizações e foco na competição internacional, incluindo cortes de gastos públicos e ajustes sociais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o liberalismo clássico passou a ser criticado e adaptado, considerando a necessidade de resgatar a democracia, o livre comércio, o respeito às minorias e a intervenção estatal para estimular o crescimento e o emprego.

A intervenção estatal revela-se necessária para garantir os mercados e estimular o crescimento e particularmente o emprego. O antigo liberalismo econômico era substituído por um novo liberalismo que aceitava a intervenção estatal a favor do pleno emprego; as grandes empresas como forma mais eficiente de organização da produção (Santos, 1999, p. 8).

As inovações incluíram operações financeiras multilaterais, regulação monetária, cotação do dólar em ouro, criação de novos partidos políticos e maior fiscalização da renda. Em termos políticos, surgiram partidos social-democratas, conciliando ideais sociais antigos com princípios democráticos, como evidenciado nos Estados Unidos, Alemanha e Itália.

O grupo *Mont Pèlerin* consolidou o neoliberalismo no meio acadêmico, com destaque para a Universidade de Chicago, influenciando o debate

econômico global, principalmente em relação às ideias keynesianas.

Depois da II Guerra Mundial, o pensamento econômico ocidental esteve profundamente influenciado pela démarche teórica keynesiana, que era uma crítica ao princípio de Say de que a produção gerava sua própria demanda. Keynes colocou o pleno emprego no centro da reflexão teórica ao aceitar a tese de que este não era um resultado natural do equilíbrio econômico. Ele mostrou que, sob condições de livre mercado, poderia haver uma insuficiência de demanda que levaria a uma subutilização da produção e do emprego (Santos, 1999, p. 14).

A resposta keynesiana à crise de demanda consistia em gastos públicos, complementada por teorias de Hicks e Samuelson sobre equilíbrio e economia neoclássica. Para operacionalizar essas ideias, foram desenvolvidos dois diagramas: (i) o equilíbrio entre o mercado de bens e serviços e o mercado de capitais, incluindo a taxa de juros; (ii) o equilíbrio entre o crescimento do produto e a oferta de trabalho, representado pela curva de Phillips, tornando o modelo keynesiano um caso particular da teoria clássica (Santos, 1999, p. 14).

O neoliberalismo perdeu força com a derrota de George Herbert Walker Bush em 1993, ressurgindo temporariamente com a vitória republicana em 1995, mas foi substituído pela reeleição de Bill Clinton em 1997. A queda de Margaret Thatcher em 1991 e a derrota dos conservadores ingleses em 1997 marcaram o encerramento do ciclo neoliberal, oferecendo oportunidade para analisar os efeitos da doutrina e da prática política neoliberais (Santos, 1999).

Por fim, o neoliberalismo pode ser considerado a base do ordoliberalismo, que compartilha princípios econômicos similares, porém incorpora regras estatais para promover políticas sociais, reduzir desigualdades, prevenir conflitos sociais e proteger o meio ambiente, elementos pouco presentes no neoliberalismo clássico.

## 5 ORDOLIBERALISMO

A importância do ordoliberalismo na educação básica reside em conscientizar o aluno de que, além dos sistemas clássicos e tradicionais – liberalismo, socialismo, neoliberalismo e marxismo –, existe também um sistema alternativo que combina ideias liberais e sociais: o ordoliberalismo.

Esse pensamento econômico é relevante, pois foi por meio dele que a Alemanha se reergueu após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um sistema que se mostrou eficaz na prática e que foi fundado por teóricos alemães, país atualmente a maior potência econômica da Europa. Esse conhecimento oferece aos alunos uma compreensão interessante de um princípio que contribuiu para o desenvolvimento de uma das maiores economias globais e que, potencialmente, poderia tornar-se uma referência hegemônica mundial (Lemos, 1995).

O ordoliberalismo relaciona responsabilidade à liberdade, priorizando resultados de longo prazo e a justiça. No entanto, até hoje não recebeu amplo reconhecimento acadêmico, tendo apenas despertado interesse renovado em 2007, embora exista desde a década de 1950 (Lemos, 1995). Suas ideias continuam atraentes para pesquisadores, mas ainda são encontradas majoritariamente em alemão e de forma incompleta, demandando maior aprofundamento para que conclusões coerentes possam ser estabelecidas. Entre 1971 e 1998, por exemplo, não houve publicações significativas sobre o tema, embora desde então ele tenha ganhado maior representatividade.

Atualmente, o ordoliberalismo apresenta-se como uma teoria capaz de enfrentar problemas econômicos globais, principalmente quando vinculado a um Estado forte dentro de seu princípio econômico liberal. A abordagem enfatiza a autoridade política:

Estado de segurança que se baseia na premissa de que a ordem social é uma condição de liberdade, e essa liberdade é, portanto, uma questão de organização política. As teses do artigo e sua popularidade relativamente alta provam que muitos pesquisadores estão desenvolvendo a abordagem de que a economia não pode ser deixada (Piotr e Pysz, 2019, p. 350).

Momentos marcantes na economia global, como crises financeiras, a pandemia e o período de 2017 a 2022, evidenciam a relevância do ordoliberalismo. Durante essas situações, o princípio econômico se

mostrou uma resposta coerente, especialmente no contexto da zona do euro, vinculando hegemonia alemã a uma moeda forte, competição econômica e um Estado especializado.

Contudo, a teoria ordoliberal ainda apresenta limitações, como a dificuldade de adaptação a rápidas mudanças socioeconômicas e à realidade institucional contemporânea, demandando ajustes relacionados a direitos humanos, dignidade, escassez de recursos não renováveis e saúde pública.

O ordoliberalismo foi fundado pelo economista alemão Walter Eucken entre as décadas de 1930 e 1940, sendo posteriormente aplicado por Ludwig Erhard, chanceler da Alemanha entre 1963 e 1966, um dos principais responsáveis pela reconstrução econômica do país.

No ordoliberalismo, a pesquisa empírica quantitativa é limitada, priorizando aspectos humanos e empíricos, especialmente no que se refere à economia social de mercado. Isso dificulta a mensuração exata de sua “ordem” econômica:

Como resultado, estudos empíricos muitas vezes ignoram processos de tomada de decisão subjetivos e dão a ilusão de descobrir relações quantitativas constantes entre categorias. Eles ignoram o problema dos processos sequenciais ao longo do tempo e falham ao contabilizar todas as variáveis relevantes, utilizando dados agregados, o que resulta na perda de muitas informações valiosas (Piotr e Pysz, 2019, p. 352).

O ordoliberalismo é particularmente adequado para articular dimensões econômicas e humanas, pois a solução de problemas econômicos depende da relação entre o comportamento individual e os processos econômicos. Essa abordagem gera uma “neutralidade institucional” e um equilíbrio geral, algo raro na economia, conferindo ao sistema uma visão abrangente e detalhada:

[...] com isso existe a relação com níveis socioeconômicos: o institucional, que possui as regras formais, e o nível de processo, que é o próprio jogo econômico, tendo a resposta sobre esse conhecimento no contexto cultural e social, proporcionando análise de aplicabilidade significativa (Piotr e Pysz, 2019, p. 352).

Apesar de suas limitações, o ordoliberalismo se integra ao mercado moderno ao estabelecer regras políticas, abordar questões de “equilíbrio estável indesejável” e concentração de compra e venda, além de promover desconcentração de poder, descentralização e crescimento econômico por decisões individuais, não coletivas.

A crise de princípios econômicos ao longo da história levou à

formulação do ordoliberalismo, que combina liberalismo e keynesianismo para mitigar armadilhas de ambos:

Isto é particularmente verdadeiro não apenas para a teoria econômica neoclássica dominante, mas também para a economia keynesiana, uma vez que nenhuma destas teorias por si só é capaz de resolver e prevenir a acumulação de problemas globais (Piotr e Pysz, 2019, p. 258).

No entanto, ainda há necessidade de pesquisas empíricas, fundamentação teórica e aplicação prática para consolidar plenamente o ordoliberalismo. O ordoliberalismo não prioriza princípios quantitativos e dialoga com a economia neoclássica, promovendo competição econômica global justa e focada em rendimentos de longo prazo, estabilidade e inclusão equitativa no mercado.

Além disso, ainda é necessária a inserção de análises empíricas sobre o ordoliberalismo, pois as discussões atuais carecem de atualização e os conceitos de ordem socioeconômica apresentam limitações, sobretudo na esfera política. Apesar de certos problemas com a investigação existente sobre a teoria do sistema ordoliberal, esta abordagem teórica tem ganhado aceitação constante. O ordoliberalismo surge como uma terceira via entre a visão neoclássica liberal e a keynesiana, assumindo a responsabilidade de fazer cumprir as regras de ordem competitiva sem necessariamente minimizar o papel do Estado na economia: “uma grande vantagem da teoria ordoliberal é a sua perspectiva de investigação a longo prazo, em contraste com as afirmações de Keynes de que o Estado só pode contrariar desequilíbrios econômicos de curto prazo.”

A responsabilidade pelo cumprimento das regras é estabelecida pelo Estado, mas sua aplicação não segue rigidamente a natureza da situação econômica, respeitando uma visão holística que rompe com a abordagem neoclássica. Como resultado, as conclusões formuladas com base na teoria do sistema ordoliberal levam em consideração o contexto do processo econômico em curso e, ao considerar também o ambiente institucional, possibilitam desenhar uma ordem socioeconômica que corresponda aos interesses comuns dos cidadãos.

O ordoliberalismo é, portanto, um reflexo da evolução do Liberalismo Clássico após a Segunda Guerra Mundial, corrente que enfatiza a soberania do indivíduo dotado de direitos naturais e inalienáveis, sendo a origem de diversos outros princípios econômicos. A construção disso se deu ao longo do tempo, havendo mutações e discordâncias entre intelectuais, gerando

forte impacto sobre política, economia, ciência e religião.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha enfrentou perdas significativas de vidas, destruição de infraestruturas e mudanças profundas em sua indústria, especialmente devido à atuação soviética. Em 1945, cerca de 20% do parque industrial alemão estava em ruínas(Lemos, 1995). Nesse contexto, a opção por um socialismo democrático, inspirado em ideias marxistas, foi considerada uma terceira via entre comunismo e capitalismo, embora tenha abalado a estrutura estatal centrada no desenvolvimento nacional – base da industrialização alemã. Portanto, uma intervenção era necessária para que o país ao menos se mostrasse próspero, ainda mais sendo dividido com o bloco soviético e, de certa forma, o ‘capitalismo americano’. É impossível compreender a recuperação da Alemanha após a guerra sem considerar as articulações políticas norte-americanas e soviéticas durante a Guerra Fria.

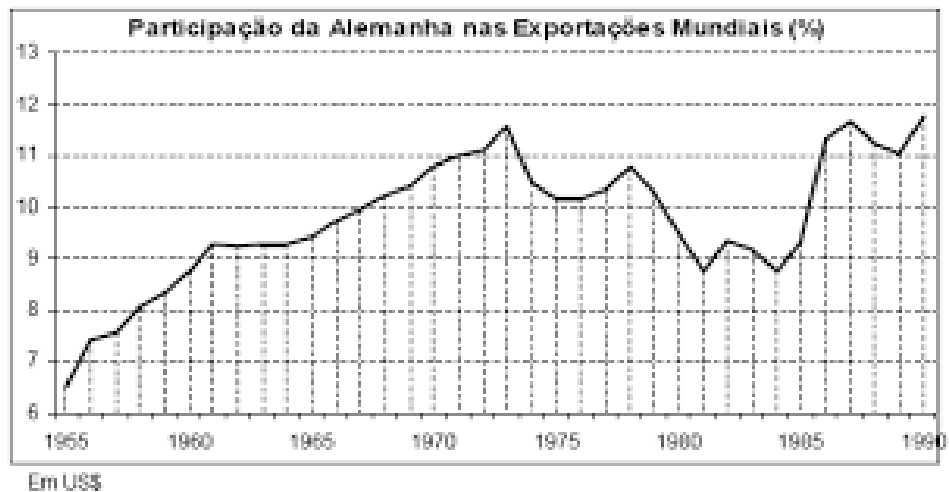
Nesse período, destacou-se a criação da moeda *Deutsche Mark* (Marco Alemão), que gerou novas concepções político-econômicas e possibilitou a implementação do ordoliberalismo: “dessa maneira, a economia caminhava na direção de um grau maior de planificação centralizada” (Lemos, 1995).

As mudanças implementadas também fortaleceram o consumo de crédito, rompendo com os princípios keynesianos radicais presentes no governo nazista, ao passo que consolidavam o papel político-econômico do Estado no ordoliberalismo, que evita extremos tanto do keynesianismo quanto do capitalismo. Campos (1968) acredita que a razão econômica está no Estado, sendo este uma instância que deve gerir e intervir na economia, sem o uso do *laissez-faire* para o mercado no Brasil desta época.

O economista alemão Walter Eucken enfatizava que permuta e autosuficiência eram incompatíveis com uma extensa divisão do trabalho, e que o sistema econômico havia sido “reduzido a uma condição primitiva” (Hazlett, 1978, p. 34). Nesse contexto, Roberto Campos (1968) declarou que a primeira parte dos anos 60 o Brasil perdeu seu ímpeto desenvolvimentista que tinha nos anos 50, por desastres políticos”. Por isso, Campos apoiou as políticas do presidente militar Castello Branco, cuja função era “reafirmar a autoridade para salvar a liberdade” (Campos, 1968, p. 354), considerando-o um antidemagogo, reformador de costumes, modernizador de instituições e administrador racional (Campos, 1968, p. 353).

A atuação de Campos, frequentemente criticada pela imprensa como “entreguista” devido à sua proximidade com os Estados Unidos e com Milton Friedman, gerou polêmica entre setores de esquerda, incluindo opositores como Delfim Netto. Campos participou ativamente de planos de estabilização econômica no Brasil, inclusive durante o governo de João Goulart, quando exercia o cargo de embaixador em Washington.

Figura 1 - Participação da Alemanha nas exportações mundiais (%)



Fonte: Pedroti, (2009).

## 6 A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DO LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

A Geografia e o Neoliberalismo apresentam uma relação estreita, uma vez que a geografia se conecta à competitividade associada a países e a espaços internacionais – como regiões, territórios, lugares e cidades –, tudo isso relacionado à eficácia do governo local na execução de políticas e na burocratização da produção. Um exemplo aplicado dessa relação é a influência de grandes empresas, corporações e investidores na divisão das porções territoriais, visto que esses agentes são fortes acumuladores de capital em diversas áreas produtivas. Isso impacta diretamente os métodos de produção e se mostra relevante na mobilidade geográfica, especialmente no contexto da globalização:

Assim, é muito contundente a ocorrência daquilo que Santos e Silveira (2010) chamaram de uso seletivo e corporativo do território, no qual as regiões, territórios e lugares são selecionados para serem usados eficazmente nos diversos circuitos espaciais produtivos, disponibilizando vantagens geográficas (naturais, geoeconômicas e político-normativo-institucionais) (Castillo, 2008, p. 5).

O neoliberalismo potencializou os mercados financeiros e desenvolveu a dinâmica de acúmulo de capital:

Foram esses agentes, munidos do arcabouço ideológico neoliberal, que estenderam seus princípios, valores e domínios de operação para todo o restante da sociedade, cujo sentido de ‘liberdade’ de mercado e de ordem natural das coisas se resume à capacidade das organizações públicas e privadas e dos indivíduos de concorrerem e competirem por objetivos particularistas (Castillo, 2008, p. 68).

Nesse contexto, a geografia se conecta à atuação de instituições hegemônicas, que passam a controlar recursos e ativos territoriais, usufruindo de privilégios específicos daquele território, o que impacta diretamente a produtividade, a fluidez e a rentabilidade das regiões. A competitividade no neoliberalismo se intensifica com o fenômeno denominado “guerra dos lugares”, em que determinados espaços apresentam vantagens pontuais para o desenvolvimento econômico, aumentando a produtividade, tendo as corporações grande poder de negociar e impor a esses lugares a presença das condições mais vantajosas (preexistentes ou que necessitam ser criadas) para sua instalação e operação (Castillo, 2008). Dessa forma, é possível qualificar situações geográficas bem-sucedidas como “[...] a capacidade de uma região de atrair e manter empresas com participações de mercado estáveis ou

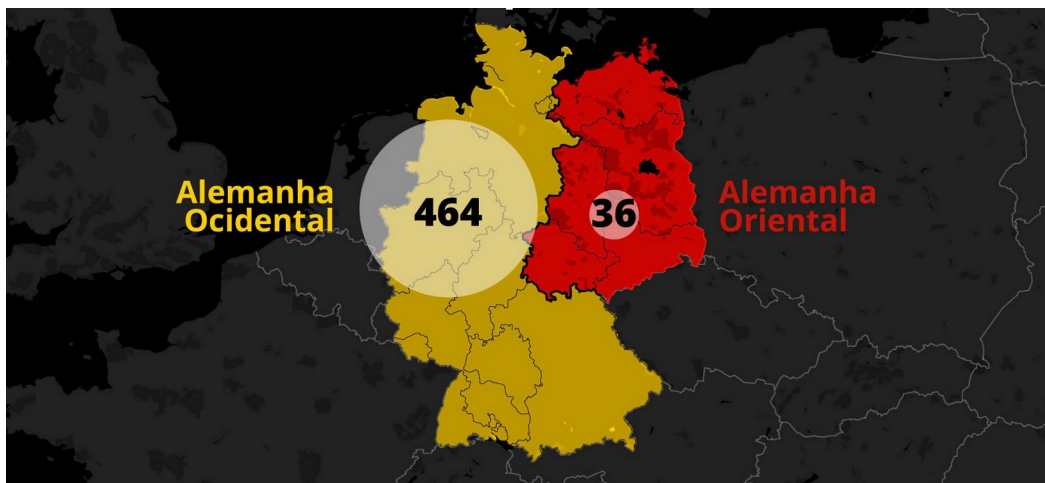
crecentes em uma atividade, mantendo padrões de vida estáveis ou crescentes para aqueles que dela participam” (Castillo, 2008, p.13).

Figura 2 - Mapa corporativo da Alemanha



Fonte: Reddit (2019).

Figura 3 - Distribuição das 500 maiores empresas alemãs



Fonte: Aragão, (2019).

Cada região global possui um potencial específico para se desenvolver politicamente e economicamente, seja em tecnologia ou na disponibilidade de trabalhadores qualificados, o que contribui para uma maior representatividade global. Esse potencial é qualificado como a diferença relativa à taxa de desenvolvimento econômico entre as regiões e a capacidade de certas regiões de alcançarem um crescimento econômico futuro em relação a outras regiões que estão em estágio semelhante de desenvolvimento econômico (Castillo, 2008).

O ambiente neoliberal demonstra que países e empresas compartilham similaridades em termos de competições políticas e econômicas, sendo essas associadas a determinados critérios do diamante da competitividade: (i) condições de fatores de produção e circulação; (ii) condições de demanda do mercado interno e externo para produtos e serviços; (iii) setores correlatos e de apoio para fornecimento de produtos e serviços diversos; (iv) estratégia, estrutura e rivalidade entre as empresas (Castillo, 2008).

Além disso, outros autores destacam que princípios naturais, técnicos e normativos de um campo produtivo determinam uma região como “produtiva”, evidenciando sua competitividade. Esses fatores podem ser internos, como a especialização produtiva, ou externos, como a qualidade do produto e seu custo.

Nesse contexto, a logística torna-se um elemento estratégico, pois quanto maior a produção, maior será a circulação de produtos e a fluidez territorial. Assim, é necessário administrar esses fluxos, organizando tempo e espaço, a fim de preparar a região para a competição.

Adicionalmente, a competitividade regional evidencia que determinados locais podem exercer grande relevância no desenvolvimento econômico. Locais com base de conhecimento consolidada e diversidade de estruturas de organização política historicamente desenvolvidas tendem a gerar impactos econômicos positivos em outras regiões, ampliando o sucesso econômico global.

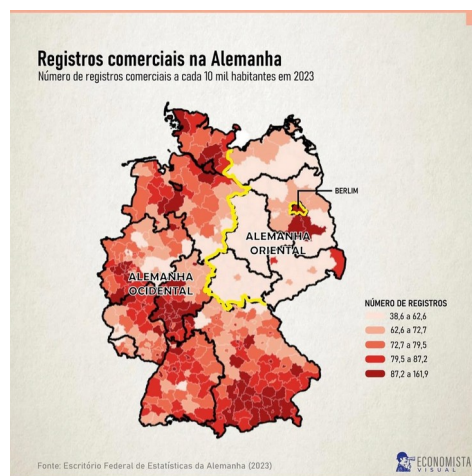
Com isso, as instituições e a dimensão socioespacial tornam-se elementos fundamentais para a competição entre regiões. Enquanto as instituições podem estabelecer as regras do jogo para a governabilidade dos processos de crescimento, os traços culturais e psicológicos

estabelecem até que ponto tais regras são adotadas, além de influenciar a maneira pela qual se efetivam as futuras mudanças institucionais (Castillo, 2008).

Além disso, fatores como produção e circulação, condições de mercado interno e externo para produtos e serviços, fornecimento de produtos diversos, estratégia, estrutura e rivalidade entre empresas são essenciais para que as nações alcancem prosperidade (Castillo, 2008).

O Estado neoliberal exerce papel decisivo na competição geográfica, participando fortemente de investimentos privados e apoiando setores econômicos mais flexíveis e de baixo custo. O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis (Castillo, 2008).

Figura 4 - Registros comerciais na Alemanha



Fonte: Escritório Federal de Estatísticas da Alemanha (2023).

No entanto, essa dinâmica gera problemas, como prosperidade seletiva e hierarquias econômicas internas, criando regiões dominantes e outras subalternas. O apoio governamental tende a beneficiar regiões economicamente mais relevantes, reforçando desigualdades espaciais.

Portanto, o neoliberalismo se aplica não apenas como mecanismo de desempenho econômico, mas também como discurso hegemônico que determina qualidade e preço dos produtos no mercado global, promovendo o controle de espaços geográficos no mundo globalizado. Esse sistema se caracteriza por dois tipos de competição. A competição, por sua vez, é uma

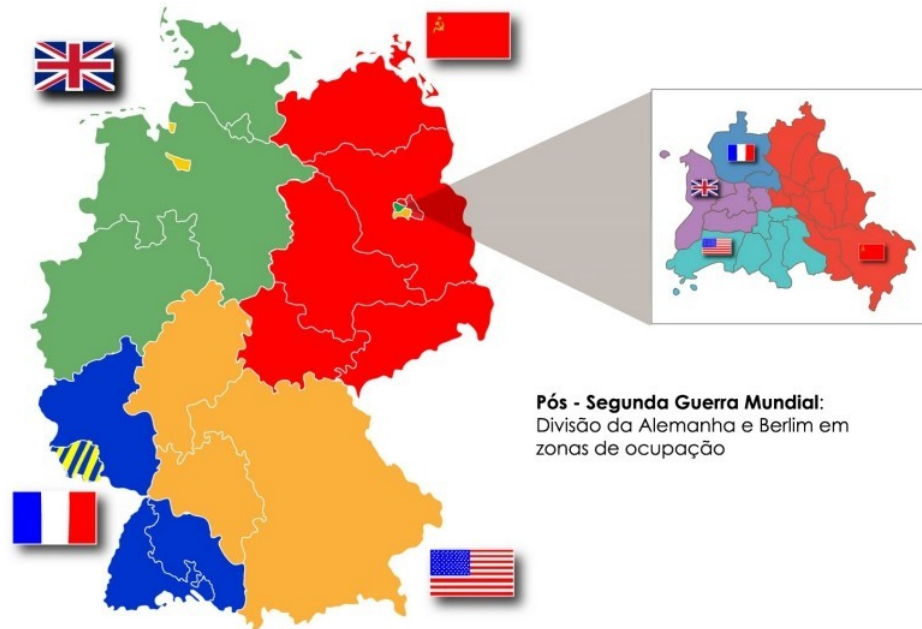
relação entre agentes econômicos ou entre recortes do espaço geográfico, perfeitamente ajustada à disputa pelo mercado globalizado de determinado ramo entre regiões produtivas e competitividade regional. Esse tipo de região se caracteriza pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho em quaisquer setores da economia (Castillo, 2008).

Conclui-se, assim, que no neoliberalismo a vulnerabilidade e a competição econômica são padrões estruturais de cada região do globo, demandando análises geográficas no âmbito governamental para administrar desigualdades, prevenir ilegalidades e regular fluxos econômicos. Esse panorama evidencia a estreita relação entre geografia e neoliberalismo. Por outro lado, o ordoliberalismo não apresenta aplicação global consolidada e, portanto, não possui uma relação geográfica aprofundada. Até o momento, sua implementação ocorreu de forma restrita à Alemanha, e, como sistema ainda não totalmente consolidado, apresenta limitações para lidar com a interação entre o ser humano, o meio ambiente e alterações espaciais.

## 7 A GEOGRAFIA E A DISCUSSÃO DO ORDOLIBERALISMO

O ordoliberalismo estabelece uma relação com a geografia ao ser aplicado em um contexto nacional específico, como ocorreu na Alemanha. Sua concepção é semelhante à do liberalismo, ao valorizar o investimento de acordo com o mérito individual; entretanto, diferentemente deste, o ordoliberalismo não acredita que a liberdade por si só seja capaz de regular completamente o mercado. Para esse sistema, é necessária a presença de uma burocracia estatal que atue na administração econômica, regulando moeda, preços e taxas de juros. Dessa forma, promove-se estabilidade de preços, proteção à propriedade e segurança para lucros e investimentos dos capitalistas, articulando uma gestão que integra simultaneamente esferas públicas e privadas.

Figura 5 - O domínio por países sobre a Alemanha no pós 2ª Guerra Mundial



Fonte: Tognollo e Malinverni (2014).

O ordoliberalismo desempenhou um papel fundamental na reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, atraindo novamente a atenção internacional para o país. Esse princípio impactou diretamente a geografia econômica e política alemã, servindo de base para uma mudança histórica na

política do país, especialmente após a crise causada pela desvalorização da moeda Reichsmark. A implementação do ordoliberalismo contribuiu para o fortalecimento da Alemanha e inspirou a criação do Marco Alemão, permitindo que a economia nacional se emancipasse, competindo de igual para igual no comércio europeu. Essa transformação foi possibilitada pelo economista Ludwig Erhard, que introduziu a moeda provisória *Rentemark*, investida em ouro e ativos financeiros confiáveis, como os setores imobiliário, industrial e agrícola, enquanto o Marco Alemão era ajustado em paridade com o dólar, culminando no chamado “Segundo Milagre Econômico Alemão”.

Essa trajetória mostra a estreita relação entre ordoliberalismo e geografia, pois a reconstrução territorial da Alemanha, com a integração entre Alemanha Oriental e Ocidental, favoreceu a industrialização, o fortalecimento da força de trabalho e a estabilidade econômica proporcionada pelo Marco Alemão. Além disso, o ordoliberalismo influenciou aspectos socioculturais, incluindo a predominância do catolicismo no país, demonstrando o alcance multifacetado desse princípio.

Apesar de sua aplicação ter sido limitada à Alemanha, o ordoliberalismo inspirou práticas econômicas em outras regiões, refletindo-se em blocos econômicos como o Mercosul e iniciativas como a ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), criada em 1990 pelos Estados Unidos para estimular comércio e investimentos no continente, embora tenha durado pouco devido à resistência de países latino-americanos, principalmente o Brasil. A influência do ordoliberalismo se manifestou também em relações bilaterais, promovendo investimentos alemães em países parceiros e consolidando a economia social de mercado como modelo para reformas sociais e momentos de crise, estimulando mercados competitivos, livres e com restrições mínimas.

No Brasil, o ordoliberalismo teve impacto durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando o país estabeleceu uma relação econômica recíproca com a Alemanha. Esse modelo inspirou a implementação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), integrado ao Plano Nacional de Metas, que priorizou setores estratégicos como energia, transportes, indústria de base, educação e exportação, marcando transformações significativas na geografia, economia e política nacional.

Além disso, o ordoliberalismo se caracteriza por sua organização política, regional e nacional, estruturando planos e objetivos de forma definida, muitas vezes envolvendo cooperação entre nações, fortalecendo o Estado sem recorrer à nacionalização generalizada. Entre suas características geopolíticas destacam-se a política monetária independente, o controle de cartéis e monopólios, a oposição ao protecionismo, a previsibilidade econômica e a forte redistribuição, seguindo as premissas da Escola de Friburgo, que defendia a criação de regras econômicas para garantir resultados estáveis.

Portanto, esse sistema econômico apresenta impactos significativos sobre a geografia, alterando o cenário geopolítico, econômico, social e hierárquico, e redefinindo as relações do ser humano com o espaço e a realidade em que vive, evidenciando sua relevância para a análise geográfica contemporânea.

## 8 CONCLUSÃO

O liberalismo, o neoliberalismo e o ordoliberalismo apresentam relações diretas, embora também possuam diferenças significativas. No que tange às semelhanças entre liberalismo e neoliberalismo, destacam-se aspectos como o aumento da produção, a diminuição dos preços dos produtos, a forte exploração do trabalho, a formação de oligopólios, trustes, cartéis e *holdings*, a valorização de grandes investidores, a terceirização do trabalho, a desigualdade social, alterações nas políticas ambientais, o desemprego e o desenvolvimento da cultura técnico-científica.

Como diferença, o neoliberalismo enfatiza mais a privatização e a ausência ainda maior do Estado, sendo um liberalismo adaptado às ideias modernas dos principais países capitalistas, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Em relação ao liberalismo e ao ordoliberalismo, as diferenças se tornam mais expressivas, pois o ordoliberalismo segue os princípios da Escola de Friburgo, defendendo que a política econômica deve melhorar as regras e a constituição econômica de modo a promover um bom funcionamento do sistema e resultados duradouros, em vez de depender exclusivamente de intervenções pontuais.

O ordoliberalismo distingue-se do liberalismo clássico por considerar que monopólios, oligopólios e cartéis comprometem a ordem social e econômica, prejudicando a liberdade econômica. Além disso, adota uma visão social, associada à Democracia Cristã Alemã, com foco na justiça social, solidariedade e descentralização do poder. Nesse sistema, o Estado atua como um regulador das decisões econômicas, diferente do liberalismo, que apresenta uma concepção mais ampla de intervenção estatal. No ordoliberalismo, há ainda a distinção entre liberdade positiva - favorável à intervenção do Estado - e liberdade negativa - mais cética quanto à intervenção estatal na economia e na política -, aspecto inexistente no liberalismo clássico.

A relação entre ordoliberalismo e neoliberalismo apresenta diferenças, principalmente quanto ao papel do Estado. Enquanto o neoliberalismo defende que o Estado tenha participação mínima, limitando-se a fiscalizar ações político-econômicas ilegais, como cartéis, o ordoliberalismo acredita em uma intervenção mais ativa do

Estado, visando estabelecer uma ordem social e econômica capaz de garantir a liberdade plena de mercado e política. Quanto à moralidade, o ordoliberalismo mantém uma visão mais conservadora, fundamentada na ética cristã, enquanto o neoliberalismo adota perspectivas morais mais modernas e menos conservadoras.

Em termos de semelhanças, ambos os sistemas valorizam a justiça social e a igualdade, com diferentes formas de execução, defendem a intervenção estatal contra monopólios e cartéis, e apoiam a economia social e o livre mercado.

Dessa forma, é possível concluir que esses três sistemas econômicos se relacionam fortemente com a geografia, uma vez que foram concebidos para transformar países específicos: o liberalismo teve ampla aplicação na Inglaterra; o neoliberalismo emergiu pioneiramente nos Estados Unidos e na Inglaterra; e o ordoliberalismo foi referência para a reconstrução política e econômica da Alemanha. O liberalismo contribuiu para o domínio britânico durante a Revolução Industrial; o neoliberalismo consolidou a economia estadunidense após o Tratado de *Bretton Woods* e o Plano Marshall; e o ordoliberalismo foi essencial para a reconstrução da Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial.

Portanto, esses sistemas econômicos influenciaram diretamente o território e a organização política e econômica das nações, como a divisão da Alemanha em Oriental e Ocidental, promovendo a redução das desigualdades internas e fortalecendo a estabilidade econômica. Além disso, o liberalismo e o neoliberalismo moldaram as perspectivas políticas de partidos de direita em diversos países e consolidaram modelos econômicos de hegemonias globais, mobilizando tanto a geografia política quanto a geografia econômica e ambiental, evidenciando a profunda interconexão entre economia e espaço territorial.

## REFERÊNCIAS

- AARON, Raymond. **John Locke**. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- ALLEN, Christopher S. “**Ordo-Liberalism**” **Trumps Keynesianism**: Economic Policy in the Federal Republic of Germany and the United States of America. London: Palgrave, 2005.
- ARAGÃO, Manuela. Marcas do Muro de Berlim. **G1 — Especial**, 2019. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/mundo/2019/marcas-do-muro-de-berlim/>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ARANCÍBIA, Sergio. Economía y dictadura en Chile. **Cuadernos de Nuestra América**, Habana, v. 5, n. 2, jul./dez. 1988.
- ARROYO, Milton. **Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental**. In: SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Continente em chamas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ASHCRAFT, Richard. **A Filosofia Política**. In: CHAPPELL, Vere (org.). *Locke*. Aparecida: Ideias e Letras, 2011.
- BARRO, Robert John. **Novos-clássicos e keynesianos, ou os mocinhos e os bandidos**. Literatura Econômica, 1992.
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.
- BECKER, Bertha. **Logística e nova configuração do território brasileiro**. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). *Políticas de desenvolvimento regional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- BEGG, Ian. **Urban Competitiveness**: Policies for Dynamic Cities. Bristol: Policy Press, 2002.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Rev. Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLANCHARD, Olivier Jean. **Novos clássicos e novos keynesianos**: a longa pausa. Literatura Econômica, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOCCO, Adrián *et al.* **La guerra total**. Quito: El Conejo-ALDHU, 1982.
- BOSCHMA, Ron. Competitiveness of Regions from an Evolutionary Perspective. **Regional Studies**, v. 38, n. 9, 2004.

- BRAGA, Valquíria; CASTILLO, Ricardo. Tipologia e topologia de nós logísticos. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 2, 2013.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BRISTOW, Gillian. Everyone's a "winner". **Journal of Economic Geography**, v. 5, n.5, 2005.
- BUDD, Leslie. Territorial competition and globalization. **Urban Studies**, v. 35, n. 8, 1998.
- BUDD, Leslie; HIRMIS, Ahmed. Conceptual framework for regional competitiveness. **Regional Studies**, v. 38, n. 9, 2004.
- CAMAGNI, Roberto. On the concept of territorial competitiveness. **Urban Studies**, v. 39, n. 13, 2002.
- CAMAGNI, Roberto; CAPELLO, Roberta. Regional competitiveness and territorial capital. **Regional Studies**, v. 47, n. 9, 2013.
- CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. São Paulo: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- CASTILLO, Ricardo. **Região competitiva e logística**. In: Seminário Internacional de Economia, 2008.
- CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlio Afonso. **Apontamentos teórico-metodológicos**. In: BERNARDES, Júlio Afonso; CASTILLO, Ricardo (org.). Espaço geográfico e competitividade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- CASTILLO, Ricardo; BOTELHO, André; BUSCA, Maria Dalva. Agronegócio globalizado no Matopiba. **Espaço e Economia**, n. 21, 2021.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização. **Rev. Mercator**, v. 9, n. 18, 2010.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, 2010.
- CASTILLO, Ricardo; SANTOS, Hugo Ferreira dos. Globalização, neoliberalismo e competitividade regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, 2025.
- CIOLA, Ana Carla Lanzi. **Pisa 2000 e letramento literário**. 2008.
- CONROY, Michael. **Regional Economic Diversification**. New York: Praeger, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, 2012.
- DANTAS JUNIOR, Raimundo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito**. São Paulo: Associação

Editorial Humanitas, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIES, Andrew; TONTS, Matthew. Economic diversity and regional socioeconomic performance. **Geographical Research**, v. 48, n. 3, 2010.

DELLER, Steven; WATSON, Patrick. Did regional economic diversity influence the Great Recession? **Economic Inquiry**, v. 54, n. 4, 2016.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Maria Laura. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DIAS, Leila Christina. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DISSART, Jean Charles. Regional economic diversity and stability. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 4, 2003.

DORNBUSCH, Rudiger. **Novos clássicos e novos keynesianos**. *Literatura Econômica*, 1992.

SANTOS, Theotonio. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Econômica – Revista da Universidade Federal Fluminense**, 1999.

ELLISON, Glenn; GLAESER, Edward. The geographic concentration of industry. **American Economic Review**, v. 86, n. 2, 1997.

ENRIGHT, Michael J. Regional clusters and economic development. **Policy Review**, n. 14, 2003.

ESTEVES, Pedro Lains. **Globalização e redes: uma abordagem a partir da geografia**. Lisboa: Colibri, 2011.

FAINSTEIN, Susan S. **The city builders**. Oxford: Blackwell, 1994.

FERREIRA, Álvaro. **A globalização e os territórios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREDERICO, Samuel. **Redes de transporte e globalização**. São Paulo: Contexto, 2014.

FREDERICO, Samuel; CASTILLO, Ricardo. Circuitos espaciais da produção. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, v. 1, n. 1, 2013.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALVÃO, Alexandre. Globalização e integração sul-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, 2004.

GARCIA, Renato. **Economia das inovações**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, 1985.

GUILLÉN, Mauro F. Is globalization civilizing, destructive or feeble? **Annual Review of Sociology**, v. 27, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUDSON, Ray. **Producing places**. New York: Guilford Press, 2001.

JESSOP, Bob. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity Press, 2002.

JESSOP, Bob. **State power**. Cambridge: Polity Press, 2007.

JESSOP, Bob. **The state: past, present, future**. Cambridge: Polity Press, 2016.

JONES, Andrew. **Globalization and interdependence**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

KALDOR, Nicholas. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, 1970.

KRUGMAN, Paul. **Geography and trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

KRUGMAN, Paul. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, 1991.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**. São Paulo: Makron Books, 1999.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LE MOS, Amalia Inés Geraiges. **Geografia econômica**. São Paulo: Contexto, 1995. LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo. **Espaço & Debates**, v. 10, n. 31, 1990.

LENCIONI, Sandra. Da metrópole ao urbano-regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 2, n. 1, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Contexto, 2003.

LENCIONI, Sandra. **Mudanças na metrópole de São Paulo**. In: SILVA, José Graziano da (org.). *Reestruturação produtiva e território*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LENCIONI, Sandra. **A metamorfose da metrópole**. São Paulo: Edusp, 2011.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.

LÓPEZ, Ramón A. **Globalization, growth and poverty**. Washington: World Bank, 2004.

LOVERING, John. Theory led by policy. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 23, n. 3, 1999.

LOVERING, John. **The new regionalism**. *Environment and Planning A*, v. 31, 1999.

MAGALHÃES, José Pereira de. **O espaço mundial: a nova economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Moderna, 1997.

MARKUSEN, Ann. **Regions: the economics and politics of territory**. Totowa: Rowman & Allanheld, 1987.

MARKUSEN, Ann. Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts. **Economic Geography**, v. 72, n. 3, 1996.

MARTIN, Ron. Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks. **Journal of Economic Geography**, v. 12, n. 1, 2012.

MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. Slow convergence? The new endogenous

- growth theory and regional development. **Economic Geography**, v. 74, n. 3, 1998.
- MARTIN, Ron. **A study on the factors of regional competitiveness**. Cambridge: University of Cambridge, 2003.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour**. London: Macmillan, 1984.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.
- MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1982.
- MELLO, Neli Aparecida de. **Território e competitividade regional no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MENDES, Constantino. **O Brasil e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MINSKY, Hyman Philip. **Can “it” happen again? Essays on instability and finance**. Armonk: M. E. Sharpe, 1982.
- MONIÉ, Frédéric. **Globalização, território e competitividade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MONIÉ, Frédéric. O Brasil e a geopolítica das redes. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, v. 1, n. 1, 2013.
- MONIÉ, Frédéric; SILVA, Gerardo. **Logística e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions**. London: Duckworth, 1957.
- NORTH, Douglas Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998. ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Carlos Américo. **A lógica da desordem**. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PALMA, Gabriel. **Four sources of “de-industrialization”**. In: O’BRIEN, Patrick; TONINELLI, Pierangelo (orgs.). *History of enterprise and industrial policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A crise do Estado**. São Paulo: Nobel, 1992.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O colapso de uma aliança de classes**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

PERROUX, François. **L’économie du XXe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael Eugene. **Clusters and the new economics of competition**. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 6, 1998.

PORTER, Michael Eugene. **The competitive advantage of nations**. New York: Free Press, 1990.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina**. Santiago: CEPAL, 1949.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e antimilagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1987.

RODRIK, Dani. **Has globalization gone too far?** Washington: Institute for International Economics, 1997.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Economía política internacional**. Barcelona: Ariel, 1999. SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **The global city**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERFATI, Claude. **Impérialisme et militarisme**. Paris: Economica, 2001.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e organização do espaço**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Armando Corrêa da. **O conceito de espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço: tempo e forma**. São Paulo: Contexto, 1992.

SILVA, Gerardo; MONIÉ, Frédéric. **Logística e território**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Neil. **Uneven development**. Oxford: Blackwell, 1984.
- SOJA, Edward William. **Postmetropolis**. Oxford: Blackwell, 2000.
- STATISTISCHES BUNDESAMT. **Deutsche Handelsregister**, 2023.
- STIGLITZ, Joseph Eugene. **Globalization and its discontents**. New York: Norton, 2002.
- STIGLITZ, Joseph Eugene. **The price of inequality**. New York: Norton, 2012.
- STORPER, Michael. **The regional world**. New York: Guilford Press, 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- THRIFT, Nigel. **Spatial formations**. London: Sage, 1996.
- TICKELL, Adam; PECK, Jamie. **Neoliberalizing space**. *Antipode*, v. 34, n. 3, 2002. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade and development report**. Geneva: United Nations, 1997.
- UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **State of the world's cities 2008/2009**. London: Earthscan, 2008.
- VALA, Jorge. **O neoliberalismo em questão**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.
- VELTZ, Pierre. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- VELTZ, Pierre. **Des lieux et des liens**. Paris: L'Aube, 2002.
- VELTZ, Pierre. **La grande transition**. Paris: Seuil, 2008.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VIEIRA, Liszt. **Direitos humanos: o direito à diferença**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **The economic institutions of capitalism.** New York: Free Press, 1985.

WILSON, David. **Inventing black-on-black violence.** New York: Palgrave, 2005.

WORLD BANK. **World development report 1999/2000.** Washington: World Bank, 2000.

ZIBORDI, Marcos. **Globalização e neoliberalismo: impactos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.